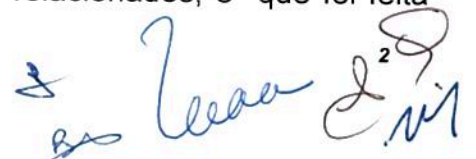


**ATA DA 24ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA  
BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – Ebserh****NIRE: 5350000473-4****CNPJ 15.126.437/0001-43**

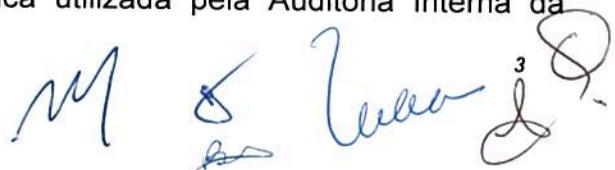
Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na sala de reuniões da Secretaria Executiva do Ministério da Educação, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 7º Andar, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, empresa pública, com sede em Brasília, localizada no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 3º pavimento, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.308-200, encontrando-se presentes os seguintes Conselheiros: Luiz Claudio Costa, Presidente; Paulo Speller, representante do Ministério da Educação; José Rubens Rebelatto, Presidente da Ebserh; Márcia Aparecida do Amaral, representante do Ministério da Saúde; Natalino Salgado Filho, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Bruno Moretti, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; registradas as ausências justificadas dos Conselheiros Helvécio Miranda Magalhães Junior e Romeu Weliton Caputo; também presentes: Jeanne Liliane Marlene Michel, Diretora de Gestão de Pessoas; Celso Fernando Ribeiro de Araújo, Diretor de Atenção à Saúde, Walmir Gomes de Sousa, Diretor Administrativo Financeiro; Garibaldi José Cordeiro de Albuquerque, Diretor de Logística e Infraestrutura Hospitalar; Wesley Cardoso dos Santos, Coordenador Jurídico; Gil Pinto Loja Neto e Fernanda Zórtea, Auditor Geral e Auditora Geral Adjunta; Karen Tiemi Ueda, Analista Administrativa da Chefia de Gabinete; e, na secretaria dos trabalhos, Iára César Pereira Guerra, Secretária Geral, todos da EBSEH, para tratar da seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da ata da 23ª Reunião; 2) Informes; 3) Apreciação das peças complementares da Prestação de Contas da Ebserh; 4) Autorização para assinatura do contrato com a UFPR; 5) Solicitação de cargo de assessoria ao MPOG; 6) Proposta de encaminhamento do processo de ajuste da tabela de salários e benefícios dos empregados da Empresa ao DEST/MPOG; e 7) Apreciação do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna. O Presidente cumprimentou a todos e iniciou a reunião com a leitura e aprovação da Ata da 23ª reunião. Na sequência, o Presidente submeteu aos membros do colegiado o pedido do Conselheiro Presidente da Ebserh para inclusão extrapauta do processo que trata do início dos trabalhos de dimensionamento de serviços e pessoal do Hospital Universitário (HU) da Universidade



Federal de São Carlos (UFSCar), o que recebeu a aprovação de todos. Na sequência, abordou-se o item 2 da pauta. O Conselheiro Presidente da Ebserh iniciou informando que, no próximo mês de julho, será finalizada a primeira etapa do programa de capacitação ministrado pelo Hospital Sírio-Libanês (HSL) para cem gestores de dez HUs geridos pela Empresa. Ao final do curso, os participantes apresentarão os Planos Diretores Estratégicos dos seus respectivos Hospitais. Para a segunda etapa do curso, está prevista a identificação da estratégia de implantação e acompanhamento do Plano e a replicação junto aos demais HUs que não participaram do projeto. O Conselheiro Presidente da Ebserh informou, também, a respeito do processo de internacionalização dos Hospitais Universitários, que deverá se iniciar no próximo mês de junho, com a realização do Curso de Formação para Diretores dos Hospitais Universitários Federais, em parceria com a Associação Columbus; foram selecionados trinta e três gestores de quinze HUs, para participar do programa, que tem início com a visita de reconhecimento a quinze hospitais de quatro países da Europa, que possuem sistemas de saúde semelhantes ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os gestores selecionados já fizeram o diagnóstico dos principais problemas em seus HUs e devem, a partir do início do curso, identificar as soluções implementadas nos hospitais europeus para problemas semelhantes e avaliar as possibilidades de aplicabilidade para o caso dos HUs. O Conselheiro finalizou os informes abordando a questão do indicativo de paralisação dos empregados da Empresa; informou que os empregados ainda não têm sindicato representativo e foi aberta mesa de negociação. O Presidente do Conselho recomendou a participação efetiva dos dirigentes na negociação. Prosseguindo, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) apresentou o quadro atualizado dos concursos em andamento. Informou-se que oito concursos já foram homologados e estão com contratações em andamento; doze concursos tiveram provas realizadas e estão em fase de avaliação de títulos; e há quatro concursos ainda não realizados, estes últimos deverão ter o resultado homologado até 30 de junho próximo. O quantitativo de vagas desses quatro últimos concursos é de cerca de três mil e é para estes que está sendo analisada a edição de decreto de excepcionalização para contratação em período eleitoral. O quadro de pessoal da Empresa, hoje, é de dois mil quatrocentos e trinta e oito empregados; a previsão é que ao final de junho, sejam três mil e duzentos. O Conselheiro representante do MPOG lembrou sobre a necessidade de se fazer a projeção do valor a ser gasto com pessoal em 2015, com vistas à inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, a DGP informou que a projeção já foi feita e encaminhada ao MEC. Prosseguindo, o Presidente abordou o item 3 da pauta e convidou o Auditor Geral para fazer a apresentação. Inicialmente, o Auditor informou que o item 3 e o item 7 da pauta estão intrinsecamente relacionados, e que foi feita



uma única apresentação para os dois tópicos. O Presidente do Conselho propôs, então, uma inversão de pauta, de modo que o item 7 pudesse ser apresentado após o item 3, o que recebeu a concordância de todos. O Auditor lembrou que há regra que estabelece que o Conselheiro Presidente da Empresa não deve estar presente durante a apresentação do RAINT, mas os Conselheiros julgaram oportuno e pertinente a participação do Gestor; o Auditor Interno, por sua vez, afirmou não se sentir constrangido com a presença e, com a concordância de todos, o Conselheiro permaneceu na reunião. A Auditoria expôs o fundamento legal de suas apresentações, baseado em Instruções e Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), em que constam informações sobre as instituições que devem fazer Prestação de Contas; o prazo para envio; as peças integrantes dessas Contas; a necessidade de a Auditoria emitir Parecer referente a essa Prestação de Contas; explicou-se que o Parecer é um conjunto de itens que o TCU elenca como importantes para que a Auditoria se manifeste a respeito; muitos desses itens fazem referência aos itens do Relatório Anual de Auditoria, justificando-se, desta forma, a apresentação conjunta. Na demonstração de como a área de Auditoria Interna está estruturada, foi apresentada a previsão no Regimento Interno, com a vinculação do setor ao Conselho de Administração; destacou-se a importância da avaliação de riscos inerentes ao processo, por meio dos controles internos; nesse sentido, incentivou-se a criação, na Sede, da Comissão de Controle Interno, com representantes da Presidência e das cinco Diretorias da Ebserh, no âmbito da qual ocorrem debates sobre assuntos afetos ao controle da instituição; a partir desses debates, surgem propostas de soluções para os gestores da Empresa. A Auditoria apresentou, ainda, a descrição das rotinas de acompanhamento, nos HUs, das recomendações do setor, a qual será apresentada trimestralmente ao Conselho Fiscal, conforme solicitado; comentou que há um Plano de Providências permanente, para o acompanhamento das ações; que foi definido, junto à Diretoria de Gestão de Processos e Tecnologia da Informação (DGPTI), a demanda de um sistema de informática para a Auditoria ter o controle das informações dos trabalhos do setor na Sede e em todas as filiais. Destarte, com relação ao Parecer sobre as Peças Complementares da Prestação de Contas, a Auditoria concluiu, portanto, pela regularidade da gestão no exercício 2013, ressaltando as conclusões consignadas em seu Relatório Anual de Atividades – que foi apresentado subsequentemente. No Relatório, primeiramente, apresentou-se o histórico da Ebserh, sua evolução e desafios, em particular da Auditoria; foram descritas as atividades desenvolvidas, com destaque para a implementação de Auditorias em 8 (oito) HUs, em 2013, além da realização de auditorias especiais. Complementarmente ao Relatório Anual de Atividades, foi apresentada a métrica utilizada pela Auditoria Interna da



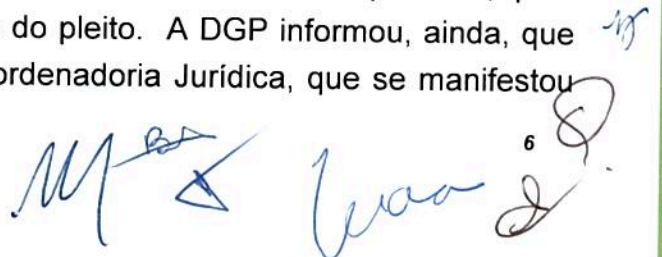
Ebserh, como proposta de solução para os HUs atingirem seus dois grandes objetivos: excelência na assistência, bem como nas áreas de ensino e pesquisa; essa métrica consiste em um retorno aos Superintendentes das filiais, quanto à maturidade dos HUs e suas operações, e do ambiente de controle. A conclusão do Relatório Anual de Atividades pontuou a necessidade de planejamento e, principalmente, o efetivo controle sobre a gestão; destacou-se que, com esse processo, ocorrerá a devida integração da Auditoria nos HUs, criando um ambiente de controle favorável, o que atende às recomendações dos órgãos de controle externo. O Presidente do Conselho agradeceu a apresentação e lembrou sobre a necessidade de independência para os trabalhos da auditoria, afirmando que um bom trabalho de auditoria contribui sobremaneira para mitigar os riscos e auxiliar no diálogo com os órgãos de controle. A Conselheira Representante do Ministério da Saúde observou, com certa preocupação, a estrutura da Auditoria Interna (AI), considerando o grande número de profissionais/especialistas previstos para o setor; a Conselheira lembrou que a AI não pode – e não deve – fazer um trabalho de gestão paralelo. O Auditor informou que a estrutura proposta inicialmente para AI foi modificada e o quantitativo de profissionais readequado, conforme orientação do Conselho, em reunião realizada em 2012; sobre a cogestão, o Auditor afirmou que a preocupação e o cuidado são constantes para que não ocorra tal situação. O Conselheiro Natalino observou que o trabalho de auditoria é extremamente importante para a gestão; lembrou apenas que o pessoal dos Hospitais precisa ser preparado para responder as questões suscitadas nos relatórios. O Conselheiro Representante do MPOG observou que a justificativa do Gestor para o ponto levantado pela Auditoria Interna sobre a execução da meta 'Ação de Funcionamento e Gestão das Instituições Hospitalares Federais' não está coerente com a realidade da Empresa, considerando-se que o Plano de Cargos é recente e que não houve inexecução, mas, apenas, execução parcial. Finalizando o ponto de pauta, o Presidente do Conselho corroborou o entendimento do Conselheiro do MPOG e lembrou aos Diretores que as respostas apresentadas à AI para explicar as situações pontuadas nos trabalhos de auditoria devem ser claras e objetivas e, principalmente, devem ser cuidadosamente elaboradas de modo a evitar qualquer interpretação fora da realidade fática. Prosseguindo, abordou-se o item 4 da pauta; a Assessoria de Planejamento apresentou o Plano de Reestruturação dos hospitais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). A UFPR tem em sua estrutura o Hospital de Clínicas (HC) e a Maternidade Victor Ferreira do Amaral (MVFA). Atualmente, o HC conta com 374 (trezentos e setenta e quatro) leitos ativos, 250 (duzentos e cinquenta) desativados, e 67 (sessenta e sete) leitos de UTI; o plano contempla a reativação de todos os leitos e o acréscimo de 8 (oito), perfazendo um total de 632 (seiscentos e trinta e dois). A



Maternidade conta com 52 (cinquenta e dois) leitos, sendo 48 (quarenta e oito) ativos – 10 (dez) de UTI neonatal – e 4 (quatro) desativados. Os dois Hospitais não receberam recursos descentralizados do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf) em 2013. O quadro de pessoal dimensionado para atender à produção do HC foi de 4.656 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis) empregados; o quadro aprovado pelo DEST/MPOG foi de 3.565 (três mil, quinhentos e sessenta e cinco); considerando o quadro de pessoal sob o Regime Jurídico Único (RJU), o número total de vagas para concurso imediato é de 1.580 (um mil, quinhentos e oitenta). Para a MVFA, foi dimensionado um quadro total de 498 (quatrocentos e noventa e oito) empregados; o quadro autorizado pelo DEST/MPOG foi de 541 (quinhentos e quarenta e um) e o número de vagas para concurso imediato é de 523 (quinhentos e vinte e três). As metas e o monitoramento estão descritos no plano, bem como os indicadores de desempenho. Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a contratação com a UFPR. Na sequência, abordou-se o item 5 da pauta; o Conselheiro Presidente da Ebserh informou que o processo de assunção dos HUs – nas fases de pré e pós-contrato – tem ocupado integralmente a equipe da Assessoria de Planejamento, com isto, as tratativas e os trabalhos para a criação da Subsidiária da Empresa, na cidade do Rio de Janeiro, deixaram de ser prioridade e passaram a ser executadas em segundo plano. O Conselheiro lembrou a todos sobre a necessidade de dar prosseguimento ao projeto, que deve ser concluído ainda em 2014; a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) elaborou Nota Técnica justificando detalhadamente a necessidade do cargo; a Diretoria Administrativa Financeira (DAF) atestou a disponibilidade financeira e o Parecer Jurídico foi pela legalidade da proposta. O Presidente colocou a matéria para deliberação e os Conselheiros votaram favoravelmente ao encaminhamento da solicitação de 1 (um) cargo de Assessor ao DEST/MPOG. Prosseguindo, foi apresentado o item 6 da pauta; a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) informou que iniciou as tratativas com o DEST para recomposição dos salários dos empregados da Empresa. A data-base estabelecida pelo DEST foi março de cada ano e a orientação foi utilizar, para este ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de abril de 2013 a março de 2014, que resulta em um percentual de 6,15% (seis vírgula quinze por cento). A DAF, ao calcular o referido impacto orçamentário, considerou a previsão da DGP de contratações de empregados até o fim do exercício, com a estimativa de que se passe dos atuais 1.951 (um mil, novecentos e cinquenta e um) empregados para 18.916 (dezoito mil, novecentos e dezesseis), em dezembro de 2014; destarte, a folha de Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais teria um aumento de R\$ 92.266.381,73 (noventa e dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais

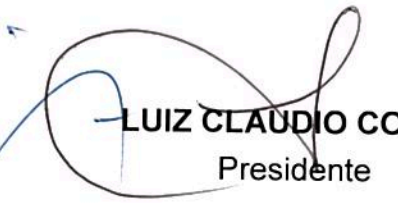
Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'M', another that looks like 'Lecan', and others that are less legible. There is also a small number '5' written near the bottom right.


e setenta e três centavos); com relação aos Benefícios, o impacto orçamentário seria de R\$ 8.926.930,36 (oito milhões, novecentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta reais e trinta e seis centavos); perfazendo um impacto orçamentário total na ordem de R\$ 101.193.312,09 (cento e um milhões, cento e noventa e três mil, trezentos e doze reais e nove centavos). Nesse sentido, a DAF ponderou que a avaliação da disponibilidade orçamentária é necessária para subsidiar deliberações posteriores, inclusive e principalmente do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), quanto à viabilidade de concessão do pretendido Reajuste Salarial e dos Benefícios. Além do impacto orçamentário, a DAF afirmou ser necessário considerar o volume de orçamento comprometido com as disponibilidades concedidas até o momento; os limites de créditos consignados para a Ebserh na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014, especialmente nas Ações Orçamentárias que comportam os Grupos de Despesas de Pessoal, Encargos Sociais e de Benefícios em questão; bem como os saldos remanescentes destas operações, que comportarão a nova demanda de Reajuste; foi apresentado, então, pela Diretoria, o Demonstrativo de Impacto do Volume das Disponibilidades Orçamentárias Concedidas, no exercício de 2014, no valor de R\$ 1.246.081.921,00 (um bilhão, duzentos e quarenta e seis milhões, oitenta e um mil, novecentos e vinte e um reais), tanto para despesas de Pessoal e Encargos Sociais quanto para Benefícios, considerando-se a Sede da Ebserh, os Hospitais Universitários (HUs) filiais e o Projeto Consultórios Itinerantes; por outro lado, os créditos orçamentários consignados para a Empresa, na LOA 2014, somaram o limite total de R\$ 1.233.466.002,00 (um bilhão, duzentos e trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e dois reais). Ao apresentar o Demonstrativo de Impacto do Custo Consolidado da Força de Trabalho, a DAF demonstrou que este Custo é suportado dentro dos limites de créditos consignados na LOA 2014, especialmente nas Ações Orçamentárias referentes a despesas de Pessoal e Encargos Sociais, em que se observa um resultado superavitário; por outro lado, todavia, as Ações de despesas de Benefícios apresentam resultado deficitário; considerando-se tal situação e para viabilizar o atendimento do pleito, a DAF informou que foram feitas interlocuções com a Subsecretaria de Planejamento Orçamentário (SPO) do Ministério da Educação (MEC), com vistas a obter os saldos orçamentários necessários ao saneamento do déficit; a SPO/MEC indicou, então, a utilização de Ações Orçamentárias para lastrear a concessão da disponibilidade para as despesas de Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios; com esta garantia adicional do MEC, a DAF concluiu, portanto, pela disponibilidade orçamentária para atendimento do pleito. A DGP informou, ainda, que o processo foi devidamente instruído pela Coordenadoria Jurídica, que se manifestou

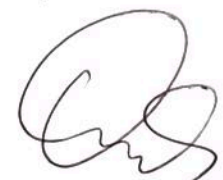



6


pela possibilidade jurídica. Concluindo a apresentação, a DGP abordou a questão específica do salário dos médicos e informou que a matéria já está sendo analisada, considerando-se a dificuldade de retenção desses profissionais nos quadros da Empresa. Após a apresentação, a matéria foi colocada para deliberação dos membros e recebeu aprovação, por unanimidade, para o devido encaminhamento da proposta para análise e deliberação do DEST/MPOG. Nada mais havendo a tratar o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, da qual eu *lyonmm7* (lára César Pereira Guerra) Secretária Geral da Ebserh, lavrei esta ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, e rubricada em todas as folhas.


  
**LUIZ CLAUDIO COSTA**  
Presidente

  
**JOSÉ RUBENS REBELATTO**

  
**PAULO SPELLER**

  
**MARCIA APARECIDA DO AMARAL**

  
**BRUNO MORETTI**

  
**NATALINO SALGADO FILHO**